

O Tempo Corruptor: colecionismo, preservação e construção do passado

Ana Paula Sampaio Caldeira¹ - PPG-UFRJ

O século XVIII era “obcecado” pela história, sobretudo pelo medo da finitude histórica. É desta maneira que Jean-Marie Goulemot entende o interesse que os homens dos setecentos tinham pela conservação.² A escrita – que cada vez mais ganhava terreno como forma de comunicação na sociedade moderna – associada ao ato e à atividade de preservar e compilar, tornava-se uma maneira de não permitir que as experiências do passado e do presente se perdessem no tempo.

Em Portugal, este interesse pelo passado pode ser notado, sobretudo, por duas iniciativas de D. João V, monarca que governou por quase toda a primeira metade do século XVIII. A primeira é a instituição, em 1720, da Academia Real da História Portuguesa, cujo objetivo era o de escrever a história do reino e de promover as glórias de Portugal para toda a Europa. A segunda medida refere-se a um decreto promulgado em 1721 com o intuito de preservar os monumentos, os edifícios, as estátuas e os outros possíveis resquícios dos povos que habitaram o reino português no passado.

Tendo em vista este duplo objetivo, foram, então, convocados cinquenta eruditos. Eles deveriam tomar a frente da dita academia e, por meio da posição de destaque que passariam a ter, ficariam também responsáveis por recolher materiais do passado, preservando-os e reconhecendo sua autenticidade. Um desses acadêmicos foi Diogo Barbosa Machado. Este erudito nasceu em Lisboa, no ano de 1682, e morreu nesta mesma cidade em 1772. Começou a estudar Direito Canônico em Coimbra, mas logo desistiu, voltando, assim, para a capital. Chegou a Presbítero e, com a ajuda do Marquês de Abrantes, ocupou o cargo de Abade de Sever, que lhe garantiu renda suficiente para formar uma considerável biblioteca pessoal.³ Entretanto, sua ocupação de maior destaque foi como membro da Academia Real da História. Uma das tarefas que seu cargo exigia era a de produzir as memórias dos reinados de

D. Sebastião, de D. Henrique e dos reis Felipe I, II e III. No entanto, seu trabalho foi muito além. Compôs ainda a *Bibliotheca Lusitana* – obra organizada em três tomos na qual Barbosa Machado escreve sobre a vida e a produção de intelectuais e escritores portugueses – e fez também um catálogo manuscrito de todos os livros de sua biblioteca particular, biblioteca esta que, mais tarde, seria vendida a D. José I e acabaria vindo para o Brasil com a Família Real Portuguesa em 1808.

Há, no entanto, em meio aos livros que compunham a biblioteca pessoal do abade de Sever, uma coleção organizada por ele mesmo. Contendo retratos, mapas e opúsculos, em sua maioria dos séculos XVII e XVIII, a coleção dizia respeito à história de Portugal e de suas possessões na África, América e Ásia. Barbosa Machado preservava materiais relativos ao passado e também ao seu presente ao mesmo tempo em que, através de um trabalho minucioso de compilação e de organização dos mesmos, escrevia a história de Portugal.

Neste trabalho, buscamos mostrar como a fundação da Academia Real da História, a promulgação do decreto de 1721 e a construção desta coleção particular estão inseridos em um mesmo movimento de interesse pela história. Associado a este interesse, há uma mudança de percepção em relação aos vestígios deixados pelo passado. Esta perspectiva, vigente, especialmente, nos meios eruditos, passa a entender esses vestígios como documentos essenciais para se conhecer um tempo que passou.

A Academia Real da História e o Decreto de 1721

A idéia da fundação de uma academia de história não nasceu propriamente do rei D. João V, mas deveu-se, sobretudo, ao esforço de um erudito em particular. Trata-se de Manuel Caetano de Sousa, que, entrando em contato com a república das letras européia por meio de viagens à França e à Itália, apresentou ao monarca a possibilidade de escrever a história eclesiástica de Portugal. A proposta foi rapidamente aceita por D. João, que escolheu o próprio Caetano de Sousa como o

membro número um da recém fundada academia. Esta instituição nasceu estreitamente comprometida com a monarquia lusitana, seja em relação aos seus rituais acadêmicos, seja em seu projeto historiográfico.⁴

No que se refere ao projeto de escrita da história da Academia Real – que nos interessa aqui fundamentalmente –, a vontade de exaltação da monarquia e das glórias do Império português era a tônica da instituição. Seus objetivos principais eram escrever a história eclesiástica e secular do reino, tirar do esquecimento aqueles vassalos que contribuíram para a grandeza da monarquia e ainda juntar todas as notícias espalhadas a respeito de Portugal e de suas possessões. Para esta última tarefa, foram nomeados acadêmicos supranumerários para além dos cinquenta eruditos residentes em Lisboa. Aqueles ficariam responsáveis por recolher materiais que deveriam contribuir para escrever as memórias históricas das várias regiões do Império.

A proposta da Academia se pretendia nova. Manuel Teles da Silva, que, assim como Barbosa Machado, foi um dos primeiros acadêmicos daquela instituição, afirma que a Academia Real da História aparecia, naquele momento, para produzir uma história “completa e verdadeira”,⁵ tentando marcar aí uma escrita diferente daquela elaborada até então pelos cronistas. Esta diferença residia em uma questão fundamental: esta nova proposta de escrita da história deveria, para ser verdadeira, pautar-se não exclusivamente na *tradição*, mas, principalmente, nos *documentos*.

De acordo com Íris Kantor, a partir do final do século XVII, a diplomática moderna trouxe inovações importantes no que se refere à autenticação de documentos.⁶ Estas novas técnicas foram debatidas e, sobretudo, incorporadas ao trabalho dos acadêmicos reais. As ações generosas e heróicas dos vassalos portugueses em prol da “glória do reino” só seriam destacadas depois de comprovadas pelo trabalho erudito de procura e reconhecimento das fontes. Era, dessa forma, função dos acadêmicos reais não só compilar os documentos necessários para escrever a história do reino, mas também lançar mão das técnicas

modernas de autenticação documental com o objetivo de separar os autores confiáveis dos duvidosos. Como destaca Kantor, cabia aos membros daquela instituição – que, vale lembrar, é uma academia *exclusivamente* de história⁷ – classificar as fontes, distinguir os relatos literários dos verídicos e excluir os milagres e tradições que não tivessem comprovação documental.⁸

Estes procedimentos, a nosso ver, não rejeitam necessariamente as tradições, nem tiram da história todo lastro de maravilhoso ou sagrado.⁹ Na verdade, as tradições manteriam sua validade se fossem comprovadas pelos vestígios deixados por um tempo que passou.¹⁰ Em suma, parece que está em jogo uma nova perspectiva sobre as marcas deixadas pelo passado. É esse olhar que separa o vulgo do acadêmico e que possibilita não só a fundação da Academia Real da História, mas também a criação do decreto de 1721.

Destacamos no início deste texto o objetivo do Decreto de 1721, instituído por D. João V: preservar os monumentos, estátuas, moedas e todos os outros vestígios do passado, mesmo em ruínas. Esse “passado”, ao qual o decreto se refere, é também claramente estabelecido, uma vez que compreende aos seguintes povos que habitaram outrora Portugal: fenícios, gregos, persas, romanos, godos e árabios.¹¹ O argumento que justifica este decreto reside no desaparecimento e destruição dos vestígios do passado pela “incúria” e “ignorância” do povo. Há, inclusive, toda uma discussão entre os acadêmicos reais se os monumentos encontrados nas diversas regiões do reino deveriam permanecer em seu ambiente de origem ou, antes, serem transportados para lugares “mais seguros”, longe das pessoas “incultas”, que não conseguiam reconhecer aqueles materiais como vestígios de um passado “glorioso” do reino português.¹² Constitui-se, portanto, um olhar que separa o vulgo do acadêmico. O acadêmico preserva e entende o monumento como uma forma de conhecer o passado, ao contrário do vulgo, que, ao invés de conservar, confere utilidade a uma coluna grega ou a uma panela dos tempos romanos. Estas tarefas de recolher e de preservar não são naturais. Transformar os vestígios do passado em

fontes a partir das quais se pode conhecer algo é, antes de tudo, o trabalho de um olhar construído em um dado momento por um grupo de eruditos, grupo este que está à frente da Real Academia e do qual faz parte Diogo Barbosa Machado.

O colecionismo de Diogo Barbosa Machado: preservação e escrita da história

A Coleção Diogo Barbosa Machado, que hoje faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, é composta por 1.980 imagens, 3.134 folhetos e 21 mapas. A coleção de retratos possui oito volumes, os dois primeiros, reservados à monarquia portuguesa, trazem estampas de reis, rainhas e príncipes de Portugal, desde Wamba, rei visigodo, até D. José. Os quatro volumes seguintes tratam dos varões insignes portugueses em artes e ciências (1 volume), campanha e gabinete (2 volumes) e virtudes e dignidades (1 volume). Por fim, o 7º e o 8º volumes são mais “universais” e há dúvidas se eles foram, de fato, elaborados pelo abade de Sever, embora figurem no catálogo manuscrito de sua biblioteca pessoal. Eles trazem personagens que não estão diretamente ligados à história portuguesa, como Richelieu, Tomás de Aquino, Aristóteles, Descartes, Safo, entre outros.

É importante observar o tratamento que Barbosa Machado dá a estes materiais. Ele não apenas guarda as imagens coletadas, mas as manipula, intervém nelas, recortando-as, colando enfeites, epigramas e molduras ou ainda fazendo composições como se quisesse deixar nelas a sua marca. Seu trabalho de recortar e encaixar, delicadamente, os retratos nas molduras ou ainda uma estampa dentro da outra é tão minucioso que, para um olhar menos treinado, torna-se difícil distinguir a montagem feita pelo abade.

A coleção de mapas de Barbosa Machado é bem menos numerosa e se refere a Portugal e a suas possessões. Contém alguns mapas de Lisboa, das ilhas dos Açores e da Madeira e ainda outros do Brasil. Os mapas que se encontram datados foram produzidos nos séculos XVII e XVIII, mas há ainda dois deles do século XVI, um da cidade de Lisboa e outro da cidade de Funchal.

A coleção de folhetos é, por sua vez, a mais numerosa. Ela traz não só opúsculos impressos e manuscritos sobre a monarquia, a nobreza e os eclesiásticos portugueses, mas também notícias sobre festas, batalhas e ainda relatos de missões que aconteceram nas possessões portuguesas da América, África e Ásia. Nesta coleção a interferência de Barbosa Machado se dá de maneira um pouco diferente da dos retratos. Em relação aos opúsculos, ele os repete em volumes de temáticas diferentes, os divide, colocando parte deles em um dado volume e a outra parte em outro, acrescenta a eles mapas, plantas de cidade ou desenhos de batalhas ou até mesmo corrige palavras e erros tipográficos. Seu empenho em organizar este material escrito fica evidente também no cuidado que Barbosa Machado tem em fazer uma lista com os títulos de todos os folhetos que constam em um determinado livro, colocando-a no início de cada tomo de sua coleção, produzindo, assim, um índice de consulta.

O trabalho de Barbosa Machado é, portanto, o de um bibliófilo. Sua disposição para a compilação e organização se mostra não só no catálogo que ele mesmo compôs de sua biblioteca pessoal ou ainda nos volumes sobre a vida e obra dos autores portugueses – a *Bibliotheca Lusitana* –, mas principalmente na maneira como ele preserva e dispõe os materiais de sua coleção particular. Seu interesse se dirige a documentos que tratam de eventos e da vida de personagens insígnies do passado português. Partindo destas características, esta coleção pode ser entendida de duas maneiras.

Em primeiro lugar, ela possui um viés documental. Trata-se de compreendê-la como um arquivo constituído sob a influência da diplomática moderna. Como já foi dito, em uma instituição como a Academia Real da História Portuguesa, o historiador não se resume mais àquele que somente compõe um relato. Ele deve, acima de tudo, dominar as técnicas de erudição que lhe permitem organizar os documentos e estabelecer a autenticidade dos restos do passado.¹³ Na coleção do abade de Sever, os mapas, imagens e folhetos, que anteriormente eram distribuídos separada e esporadicamente, mudam o seu estatuto e tornam-se documentos que possibilitam

conhecer o passado e transformá-lo em história. Mais do que isso, tornam-se documentos confiáveis, uma vez que passaram pelo crivo de um acadêmico real, conhecedor dos procedimentos modernos de autenticação documental.

Não sabemos ao certo como Barbosa Machado conseguiu juntar todo este acervo, no entanto é possível supor que o acadêmico comprava estes materiais e que ainda mandava vir alguns do estrangeiro. Levando em consideração a existência de uma rede de relacionamentos na qual o acadêmico estava inserido, é provável que seus pares, conhecendo a sua coleção, tenham trazido opúsculos ou imagens de suas viagens ao exterior e os fornecido ao abade de Sever. Era também a estes eruditos que a coleção parecia se destinar, uma vez que ela poderia, pela qualidade de seus materiais, servir à constituição de uma escrita da história do reino português.

Em segundo lugar, a coleção também pode ser entendida como uma forma de escrita da história. Ao compilar e organizar, nos vários tomos de sua coleção, documentos referentes ao império português, Barbosa Machado faz escolhas, mostra e silencia, ou, em outras palavras, estabelece um cânone dos eventos e de personagens que devem figurar na história portuguesa. São essas pessoas e eventos que, para o abade, compõem a história de Portugal e são, portanto, dignos de sobreviver ao tempo e ao esquecimento.

Desta forma, a coleção pessoal do abade Diogo Barbosa Machado está inserida no mesmo movimento de preocupação com a história e de preservação da memória do passado português que possibilitou a fundação da Academia Real e a promulgação do decreto de 1721. Trata-se de não só do interesse em escrever a história de Portugal, mas, sobretudo, da preocupação em pautar esta escrita na erudição e no tratamento crítico dos vestígios do passado. Neste sentido, o trabalho colecionista de Barbosa Machado, ao mesmo tempo em que escreve, no seu modo próprio de coleção, a história portuguesa, é também um trabalho de seleção influenciado pelas modernas técnicas de autenticação documental.

-
- ¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e bolsista CNPq.
- ² GOULEMOT, Jean-Marie. Bibliotecas, enciclopédismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das luzes. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (Org.). *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 257.
- ³ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003. p. 227-9.
- ⁴ Em relação aos cerimoniais da Academia Real da História Portuguesa, ver o trabalho já citado de Isabel Ferreira da Mota, sobretudo o último capítulo.
- ⁵ SILVA, Manuel Teles da. *Historia da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa: Oficina de José Antonio da Silva, 1727. prólogo.
- ⁶ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004. p. 205.
- ⁷ Diferentemente de outras academias do período, que debatiam não só assuntos do âmbito da história, mas também sobre filosofia e poesia, a Academia Real preocupa-se exclusivamente com a história. Alguns de seus membros, inclusive, tentam separar os trabalhos do historiador e do poeta. Diogo Barbosa Machado em sua obra *Memórias para a Historia de Portugal*, de 1736, destaca que, enquanto o poeta finge dentro dos termos do verossímil, o historiador é um fiel relator das ações passadas (MACHADO, Diogo Barbosa. *Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo delRey D. Sebastião*. Vol.1. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736. prólogo).
- ⁸ KANTOR, Iris. *Op. Cit.*. p. 205.
- ⁹ Sobre a questão ver CUNHA, Norberto Ferreira da. *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.
- ¹⁰ Cabe lembrar, no entanto, que, para a Academia Real da História, três temas eram inquestionáveis: o Milagre de Ourique, o juramento de Afonso Henriques e as Cortes de Lamego, mitos fundadores da monarquia portuguesa.
- ¹¹ Decreto de D. João V de 13 de agosto de 1721. In: *Academia Real da História Portuguesa e a sua Lei de Proteção a Monumentos Arqueológicos*. Lisboa: s/e, 1958.
- ¹² Ver SILVA, Manuel Teles da. *Op. Cit.*
- ¹³ BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les Academies de L'Histoire*. Paris: PUF, 1988.